

ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

1 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO DA EPPEN –**  
2 **UNIFESP CAMPUS OSASCO, em 23.02.2015**

3 Ao vigésimo terceiro dia do mês de fevereiro de dois mil e quinze, às quatorze horas e vinte  
4 minutos, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Extensão da EPPEN, UNIFESP-  
5 *Campus* Osasco, no auditório da instituição, localizada à Rua Angélica, número 100, Jardim das  
6 Flores, município de Osasco. Estiveram presentes os seguintes membros: o Prof. Dr. Antônio  
7 Cordeiro Filho, representante do curso de Ciências Atuariais, a Profa. Dra. Cíntia Möller Araújo,  
8 representante do curso de Administração, Prof. Dr. Fábio Luís Barbosa dos Santos, representante  
9 docente, Profa. Dra. Gabriela de Breláz, representante docente, Prof. Dr. Júlio César Zorzenon  
10 Costa, representante do curso de Ciências Econômicas, Profa. Dra. Laura Calixto, representante  
11 docente, Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni, representante do curso de Relações Internacionais,  
12 Elisângela Bardí da Fonseca, representante dos TAEs e Juliana Marques Kawamoto, representante  
13 discente. Os seguintes membros justificaram a ausência: Profa. Dra. Heloísa Candia Hollnagel,  
14 representante do curso de Ciências Contábeis, que foi substituída pela Profa. Dra. Nena Geruza Cei,  
15 Profa. Dra. Liége Mariel Petroni, representante do Eixo Comum, Rosângela da Silva Rocha,  
16 representante dos TAEs. O Prof. Júlio Zorzenon presidiu a reunião. Ele iniciou a reunião  
17 justificando a necessidade da convocatória para a reunião extraordinária, em função da submissão  
18 dos projetos e programas de extensão nos Editais PIBEX, ProCult e PIEDH, pois o prazo limite de  
19 envio dos projetos e programas aprovados pelas Câmaras para a PROEX era o dia 25/02/2015. Ele  
20 detalhou que haviam sido disponibilizadas 250 bolsas, sendo 150 para o Edital PIBEX, 50 para o  
21 Edital ProCult e 50 para o Edital PIEDH. Entretanto, por restrições orçamentárias, há possibilidade  
22 de haver diminuição significativa no número de bolsas. Em seguida passou aos **Informes: 1)**  
23 **Restrição Orçamentária** - considerando a atual situação de restrição orçamentária, a PROEX  
24 havia convocado os conselheiros do COEX para uma reunião, no dia 12 de fevereiro, com base no  
25 Decreto nº 8.389 de 07 de Janeiro de 2015; **2) COPEX – Congresso Paulista de Extensão** – o  
26 evento ocorrerá em maio e reunirá as 8 universidades públicas de São Paulo, sendo 3 federais, 3  
27 estaduais e 2 municipais (Universidade de Taubaté e de São Caetano do Sul). O Congresso se  
28 realizará na Universidade Federal do ABC em maio e já há informações disponíveis sobre  
29 inscrições de trabalhos na página do COPEX. **3) Congresso UNIFESP** - estava previsto para o mês  
30 de junho o Congresso Unifesp, onde seriam apresentados projetos de pesquisa, de iniciação  
31 científica e de extensão. Futuramente seriam enviados maiores detalhes sobre o evento. **4)**  
32 **Convênio da Unifesp e Prefeitura de São Paulo** – o convênio foi assinado entre as partes para a  
33 realização de estágios e programas junto à Secretaria de Esportes e Saúde. Maiores informações  
34 sobre o convênio seriam divulgados futuramente. Também estava sendo realizada uma negociação  
35 junto às Secretarias de Educação e Relações Internacionais e Inter federativas, em parceria com a  
36 Pró-Reitoria de Extensão com objetivo de realizar projetos de extensão, que teriam como sede os  
37 CEUS, da Prefeitura Municipal de São Paulo. **5) Convênio com Clube Escola** - foi renovado o  
38 convênio entre a Unifesp e o Clube Escola, situado na Rua Estado de Israel – Vila Clementino, o  
39 qual é utilizado pela Unifesp para atividades de extensão ligadas ao esporte. **6) Programa Saúde**  
40 **Brasil** – foi fechado o projeto de constituição do Programa Saúde Brasil, que é mantido pela  
41 Secretaria de Audio Visual do MEC em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, o qual  
42 objetiva formar equipes multidisciplinares na Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS). **7)**  
43 **Execução Orçamentária** - este fora o motivo da convocatória para a última reunião, ocorrida na  
44 semana anterior. Tal assunto era de suma importância, pois causaria impacto direto a esta Câmara de



ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

45 Extensão que, embora não tenha poder de decisão, necessita de informação. Os problemas de  
46 execução orçamentária deste ano foram apresentados pela Sra. Tânia Mara, responsável pela  
47 Execução Orçamentária da Reitoria. Ela informou que a LOA – Lei Orçamentária Anual – ainda  
48 não havia sido aprovada e, portanto, a possibilidade de utilização de recursos era de apenas 1/12 das  
49 previsões orçamentárias do ano anterior, e apenas para custeio, impedindo a utilização para  
50 investimento. Além desta dificuldade fora emitido em 07/01/2015 o Decreto 8389, que contingencia  
51 as verbas da Administração Federal, colocando os cortes iniciais na execução orçamentária. Foram  
52 R\$ 21 bilhões contingenciados, sendo que, destes, R\$ 7 bilhões cabem ao Ministério da Educação.  
53 Num panorama geral, nos dados de 2013, o que fora utilizado em custeio para as universidades  
54 federais, somaram R\$ 3,16 bilhões. Na LOA deste ano já se prevê uma redução para R\$ 2,09  
55 bilhões, o que pode vir a ser suplementado, mas no momento trabalha-se com esta redução de  
56 aproximadamente 25,15%, somando-se à redução dos recursos o IPCA do período. Além da redução  
57 dos recursos liberados para o custeio das universidades, acrescenta-se a utilização de apenas 1,18%  
58 dos recursos. Isto gera uma grande dificuldade para as universidades que ficam impedidas de iniciar  
59 qualquer nova atividade, sendo os recursos utilizados nas atividades que já estavam em andamento  
60 e em questões de excepcionalidade. As bolsas de iniciação científica (PIBIC) e as bolsas de  
61 iniciação à gestão (BIG) estavam garantidas, pois haviam se iniciado em maio de 2014 e tinham  
62 término previsto para maio de 2015. Por outro lado, as bolsas de extensão haviam se encerrado em  
63 dezembro de 2014. O Prof. Júlio disse que havia argumentado na reunião do COEX que não deveria  
64 haver preocupação quanto à liberação das bolsas, considerando que o edital PIBEX para novas  
65 bolsas já havia sido publicado, porém outros conselheiros informaram que a publicação do edital  
66 não significava a efetivação da liberação das bolsas, pois precisava primeiro ser submetido à análise  
67 aprovação da Procuradoria e Controladoria. Portanto, nem mesmo o número de bolsas – 250 - que  
68 fora divulgado no edital estava garantido, sendo 150 bolsas para extensão de modo geral, 50 para  
69 extensão relacionada à cultura e 50 para extensão relacionada a direitos humanos. A Pró-Reitora  
70 havia sido comunicada de que havia grandes chances de haver redução no número de bolsas,  
71 havendo a possibilidade de nenhuma bolsa ser concedida. Entretanto, houve negociações, o que  
72 gerou algumas possibilidades, sendo uma delas a criação de uma parceria com o Banco Santander,  
73 utilizando uma parte da verba existente e que é destinada às bolsas para intercâmbio, passando para  
74 as bolsas de extensão. Outra possibilidade seria a utilização de recursos da PROEX na FAP, que  
75 podem ser utilizados para as bolsas. Portanto, o cenário era este, que poderá ser mantido o número  
76 de bolsas, mas a grande probabilidade era de que haveria uma redução no número de bolsas. Desta  
77 maneira, a presente reunião deveria ser baseada sob a ótica da redução orçamentária. Em seguida o  
78 Prof. Júlio passou à **Ordem do Dia: Análise de propostas para os Editais: PIBEX (150 bolsas),**  
79 **ProCult (50 bolsas) e PIEDH (50 bolsas).** Ele relembrou que se tratava de 3 editais, sendo o  
80 PIBEX para propostas de Extensão em geral, o ProCult para proposta de extensão relacionadas à  
81 Cultura e o PIEDH para proposta de extensão relacionadas a Direitos Humanos. As 250 bolsas  
82 seriam distribuídas entre toda a universidade, podendo ser solicitadas até 4 bolsas por proposta.  
83 Prof. Júlio continuou informando que o PIBEX visava privilegiar os projetos/programas que já  
84 estavam em andamento, ou seja, que haviam sido aprovados pelas Câmaras de Extensão antes da  
85 publicação do edital. O objetivo era apoiar os projetos que estavam sendo elaborados ao longo do  
86 ano, sem terem sido contemplados com as bolsas, para que a bolsa não se tornasse o elemento  
87 essencial para a apresentação das propostas. Lembrando que os projetos de extensão eram os que  
88 mais apresentavam continuidade, com menos desistência por parte dos bolsistas, portanto eles não  
89 costumavam se encerrar antecipadamente. Por isso o objetivo principal era o de priorizar os projetos

ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

90 que já estivessem em andamento. No caso do campus Osasco, havia uma possibilidade de  
91 excepcionalidade, por se tratar de um campus novo, que ficara prejudicado no quesito de ter  
92 projetos aprovados no ano anterior, aplicando-se esta regra apenas para o Edital PIBEX. Tais  
93 projetos deveriam sempre primar pela qualidade, necessidade, urgência e pelo interesse social.  
94 Neste momento a Profa. Gabriela questionou se os projetos antigos teriam um prazo máximo de  
95 permanência, ou de prioridade nesta contemplação de bolsas, lembrando que os projetos aprovados  
96 têm sempre um período de vigência de 2 (dois) anos. O Prof. Júlio respondeu afirmativamente, que  
97 após dois anos de aprovação, os projetos deveriam ser novamente submetidos à avaliação e  
98 aprovação da Câmara de Extensão. Entretanto, o ano da excepcionalidade para o campus Osasco era  
99 apenas este (2015), pois os projetos que forem aprovados ao longo do ano, serão os que poderão ser  
100 enviados para concorrer a bolsas no edital PIBEX de 2016, ou seja, aqueles que já estiverem em  
101 andamento ao longo de 2015. Portanto, dando encaminhamento à reunião o Prof. Júlio sistematizou  
102 que o necessário naquele momento, seria: 1) a aprovação das propostas para os editais de Cultura e  
103 Direitos Humanos; 2) em relação as propostas para o edital PIBEX, separar os que já estavam em  
104 andamento e os que são novos, mas que se enquadrem no caráter de excepcionalidade. Um ponto  
105 importante colocado pelo professor foi que, alguns projetos poderiam ser aprovados pela Câmara  
106 como sendo um projeto de extensão, mas que não seriam classificados como excepcionalidade e,  
107 portanto não seriam encaminhados para obtenção de bolsas, mas apenas como projetos de extensão.  
108 Para avaliar os projetos de cultura e direitos humanos, seria necessário analisar se os mesmos  
109 estavam bem redigidos e se enquadravam na política de extensão da universidade. Ele também  
110 ressaltou que em relação aos projetos do edital PIBEX, a Câmara deveria fazer uma análise mais  
111 criteriosa de quais projetos realmente eram relevantes e se enquadravam no critério da  
112 excepcionalidade, considerando que muitos projetos haviam sido apresentados e, não haveria  
113 condições de serem apresentados todos como excepcionais. Mediante a aprovação de todos em  
114 relação aos encaminhamentos sugeridos pelo Prof. Júlio, em seguida passou-se a distribuição dos  
115 projetos de acordo com o edital a que se referia: a) PIBEX; b) ProCult e c) PIEDH. Após a  
116 subdivisão dos projetos, notou-se que havia apenas 4 (quatro) novos projetos para o edital PIBEX e,  
117 portanto, caso estes estivessem em consonância com o edital, todos poderiam ser aprovados nos  
118 casos de excepcionalidade. Os outros projetos apresentados encaixavam-se em duas situações  
119 diferentes: 1) eram projetos ligados a Cultura (Edital ProCult) ou ligados à Direitos Humanos  
120 (Edital PIEDH); 2) eram projetos para o Edital PIBEX, mas que já haviam sido aprovados  
121 anteriormente pela Câmara e que, portanto, não precisavam ser submetidos à aprovação naquele  
122 momento, mas apenas de renovação. Os membros presentes se subdividiram em duplas ou trios para  
123 leitura e análise dos projetos apresentados e que deveriam ser submetidos à aprovação. Após o  
124 término do período de leitura e análise dos projetos, o Prof. Júlio retomou a palavra e procedeu à  
125 votação dos mesmos. Ele deu início com a análise dos projetos ligados ao Edital ProCult, sendo o  
126 primeiro projeto a ser votado o **Projeto - Educando para Diversidade: Sensibilização em Libras**,  
127 sob coordenação dos professores Ricardo Bueno, Gabriela de Breláz e Heloísa Hollnagel, o qual foi  
128 **aprovado por unanimidade**. Em seguida foram apresentados os pareceres em relação ao **Projeto:**  
129 **Passeios ao Patrimônio Histórico e Cultural de São Paulo**, coordenado pela Profa. Laura  
130 Calixto. O primeiro parecer foi contrário à aprovação, considerando que tal proposta tratava-se de  
131 projeto de pesquisa e não de um projeto de extensão. O segundo parecer era favorável à aprovação  
132 da proposta, considerando que o projeto era de extensão, necessitando apenas de algumas alterações  
133 em relação à terminologia de alguns itens, para que ficasse clara a caracterização do mesmo como  
134 Projeto de Extensão. A Profa. Laura solicitou a palavra para esclarecer que, como proponente da

ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

135 proposta, se comprometia a fazer as adequações sugeridas pelo parecerista e outros membros da  
136 Câmara para que seu projeto pudesse se adequar à política de extensão da universidade. Ela  
137 esclarece que o projeto faria visitas a locais públicos e gratuitos. Portanto não haveria qualquer tipo  
138 de gasto para os participantes do projeto. A Profa. Cíntia compartilhou sua experiência com projetos  
139 de extensão, muitos dos quais foram realizados sem qualquer tipo de ajuda financeira e que, ainda  
140 assim, todos tiveram devido sucesso. Em seguida, após ouvir todos os pareceres e a proponente, o  
141 Prof. Júlio sugeriu, como encaminhamento, que a proponente Profa. Laura, fizesse as adequações  
142 sugeridas pelos membros e que o projeto fosse aprovado e encaminhado para a PROEX, no Edital  
143 ProCult. O **Projeto: Passeios ao Patrimônio Histórico e Cultural de São Paulo** foi colocado em  
144 votação, sendo **aprovado por unanimidade, com necessidade de adequações**. Dando sequência à  
145 reunião, o Prof. Júlio sugeriu que se passasse à apreciação das propostas para o **Edital PIEDH**,  
146 iniciando com o **Projeto Fortalecimento da Agricultura Familiar em Cotia e São Roque:**  
147 **Diagnóstico do Acesso ao Microcrédito Pronaf**, sob coordenação da Profa. Heloísa Hollnagel.  
148 Havia dois pareceres a respeito deste projeto, ambos identificavam o projeto como sendo um  
149 projeto de pesquisa e não um projeto de extensão. O único item que caracterizava o projeto como  
150 ação de extensão era na forma de divulgação de resultados, mas nenhum dos itens de execução do  
151 projeto o caracterizavam como projeto de extensão. A Profa. Cíntia ressaltou que não ficaram claras  
152 as etapas do projeto, especialmente em relação à devolutiva dos resultados da pesquisa aos  
153 envolvidos e sugeriu que esse detalhamento fosse mais bem redigido. A Profa. Gabriela sugeriu que  
154 a Profa. Heloísa fizesse algumas adequações na redação do projeto, especialmente nos objetivos,  
155 com o intuito de deixar mais explícito que se tratava de um projeto de extensão. Prof. Júlio  
156 mencionou que o projeto tinha direcionamento para projeto de extensão, mas que faltava um  
157 aprofundamento de como ocorreria a divulgação dos dados coletados, de como e quando as visitas  
158 ocorreriam, quantos famílias seriam atingidas com o projeto, entre outros pontos. Prof. Júlio  
159 destacou que, a partir da correção da redação, especialmente do item 5.2 – Natureza Metodológica,  
160 ficaria claro que se tratava de um projeto extensionista. A Profa. Gabriela complementou que os  
161 objetivos específicos também precisavam ser mais bem redigidos. Prof. Júlio sugeriu que ficasse  
162 mais clara a forma pela qual seria dada a devolutiva aos envolvidos no projeto, explicando melhor  
163 como seriam os boletins, que não fossem apenas divulgados pela Internet, mas também em boletins  
164 a serem distribuídos diretamente aos agricultores, considerando que muitos têm dificuldade de  
165 acesso à Internet. Não havendo mais colocações a serem feitas a respeito do **Projeto**  
166 **Fortalecimento da Agricultura Familiar em Cotia e São Roque: Diagnóstico do Acesso ao**  
167 **Microcrédito Pronaf**, este foi colocado em votação e foi **aprovado por unanimidade, com**  
168 **necessidade de adequações**. Em seguida, o Prof. Júlio passou à análise das propostas para o **Edital**  
169 **PIBEX**, para o qual seriam analisadas apenas propostas de novos projetos, que seriam incluídos em  
170 caráter de excepcionalidade, como já fora informado no início desta reunião. Portanto, ele sugeriu  
171 que houvesse uma análise mais criteriosa para aprovação das propostas apresentadas, considerando  
172 que o edital se aplicava apenas a projetos previamente aprovados, mas que para o *campus* Osasco  
173 havia sido oferecido este caráter de excepcionalidade, por se tratar de um campus novo, como  
174 muitos docentes novos, os quais não haviam tido a oportunidade de apresentar projetos  
175 anteriormente. Ele sugeriu que, em havendo dúvidas quanto à aplicação como projeto de extensão  
176 ou na redação do projeto e se o mesmo se encaixaria com a política de extensão da universidade, o  
177 projeto deveria ser indeferido e que houvesse uma sugestão da Câmara ao proponente para cadastrá-  
178 lo como projeto de extensão, independente da solicitação de bolsa. Verificou-se que havia 6 novos  
179 projetos que se encaixavam neste critério e, então passou-se à análise do **Projeto: Um estudo**



ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

180 **exploratório sobre as MPEs inovadoras no município de Osasco e o uso da gestão da inovação**  
181 **como uma estratégia competitiva**, coordenado pela Profa. Pollyana de Carvalho Varrichio. Dando  
182 início às colocações dos membros, a Profa. Laura mencionou que ficou em dúvida se tal projeto se  
183 enquadraria como sendo de extensão ou de pesquisa. Prof. Júlio leu o parecer que havia sido  
184 redigido sobre o projeto que dizia que o mesmo assemelhava-se a um projeto de pesquisa, e não de  
185 extensão, por atingir apenas os alunos bolsistas e alguns empresários. Profa. Laura sugeriu que  
186 houvesse uma divulgação maior dos dados coletados na pesquisa, abrangendo a comunidade em  
187 geral, e não apenas os alunos, pois desta maneira, seria caracterizado como projeto de extensão. Os  
188 demais membros concordaram com o parecer apresentado e o **Projeto: Um estudo exploratório**  
189 **sobre as MPEs inovadoras no município de Osasco e o uso da gestão da inovação como uma**  
190 **estratégia competitiva** foi colocado em votação, sendo **aprovado por unanimidade, com**  
191 **necessidade de correções**. Em seguida passou-se a análise do **Projeto: Levantamento**  
192 **Etnobotânico no Município de Ribeirão Branco, SP: Uma proposta de Ação Sustentável**,  
193 coordenado pela Profa. Liége Mariel Petroni. Havia um parecer favorável à aprovação, pois o  
194 projeto, que trabalharia com as comunidades locais do município de Ribeirão Branco, estava de  
195 acordo com a política de extensão da universidade. Portanto, como não havia nada mais a ser  
196 acrescentado a respeito, o **Projeto: Levantamento Etnobotânico no Município de Ribeirão**  
197 **Branco, SP: Uma proposta de Ação Sustentável** foi colocado em votação, sendo **aprovado por**  
198 **unanimidade**. Dando sequência, o Prof. Júlio passou à apreciação do **Projeto: Apoio a**  
199 **organizações do terceiro setor de Osasco com fins humanitários na implantação e melhoria de**  
200 **controles internos**, coordenado pelo Prof. Antônio Saporito. O parecer que havia sido proposto a  
201 respeito do referido projeto, sugeria que o mesmo fosse reapresentado ou reformulado. A Profa.  
202 Gabriela que redigira o parecer sobre o projeto informou que o mesmo não continha referencial  
203 teórico, o qual não fora elaborado. Portanto, ela julgava necessário que vários itens do projeto  
204 fossem mais bem elaborados, tais como: o cronograma de execução das atividades, os objetivos  
205 esperados com aquela ação, o que já era conhecido a respeito da situação para que ações fossem  
206 tomadas, entre outros. Neste momento, o Prof. Júlio solicitou à secretária que projetasse o referido  
207 projeto no telão para que todos pudessem lê-lo e chegassem a um consenso a respeito, lembrando  
208 que a Câmara precisava ser mais criteriosa na análise das solicitações para o referido Edital,  
209 PIBEX, pois as propostas a serem enviadas seriam em caráter de excepcionalidade e de extrema  
210 relevância. Após a leitura do projeto pelos membros da Câmara, a recomendação da parecerista, a  
211 qual foi acatada pelos membros da Câmara, foi que o mesmo deveria ser reformulado e  
212 reapresentado posteriormente. Portanto, o **Projeto: Levantamento Etnobotânico no Município de**  
213 **Ribeirão Branco, SP: Uma proposta de Ação Sustentável** foi votado como **indeferido**. Na  
214 sequência o Prof. Júlio passou à leitura do parecer sobre o **Projeto: Curso para auxílio aos**  
215 **contribuintes com renda mensal de até 10 salários mínimos para o preenchimento e entrega**  
216 **da declaração do I.R. 2015**, também coordenado pelo Prof. Antônio Saporito, que igualmente  
217 indicava pelo indeferimento da proposta. Tal parecer informava que o projeto não se enquadrava no  
218 PIBEX, considerando que a proposta se tratava de um curso, e não um projeto, e que o referido  
219 curso de orientações a respeito do preenchimento do Imposto de Renda (IR) deveria ser finalizado  
220 em abril, data limite para a entrega da declaração do IR. Além disso, o cronograma não especificava  
221 o que seria feito após a orientação ser transmitida aos contribuintes, ou seja, após o término do  
222 curso. Outro ponto relevante era que, aparentemente, o curso seria ministrado por alunos. Prof. Júlio  
223 ressaltou que o curso se enquadrava como uma ação de extensão, porém com prazo limitado, com  
224 seu término previsto para abril, data limite da entrega das declarações do Imposto de Renda.

ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

225 Portanto, não se enquadra no PIBEX, uma vez que também não apresentava a fundamentação  
226 teórica do projeto, os números estavam ordenados de maneira equivocada, havendo, assim,  
227 confusão na estrutura do projeto. A Câmara chegou à decisão que o **Projeto: Curso para auxílio**  
228 **aos contribuintes com renda mensal de até 10 salários mínimos para o preenchimento e**  
229 **entrega da declaração do I.R. 2015** necessitava adequações, portanto deveria ser reformulado e  
230 reapresentado, sendo naquele momento **indeferido**. Dando continuidade à reunião, passou-se à  
231 apreciação do **Projeto: Matemática Aplicada e Financeira- Contribuição Para o Raciocínio**  
232 **Lógico e Construção do Cidadão**. Alguns membros que haviam lido o projeto se manifestaram  
233 favoráveis ao deferimento da proposta, entretanto a Profa. Cíntia apresentou uma sugestão em  
234 relação ao cronograma das palestras, que em sua opinião estava deficiente, desta maneira apontou a  
235 necessidade de haver um detalhamento mais minucioso da periodicidade das palestras. Neste  
236 momento foi apresentada uma dúvida pela Profa. Gabriela em relação à uma possível futura  
237 avaliação dos projetos aprovados pela Câmara. Prof. Júlio informou que não havia uma avaliação  
238 formal que deveria ser feita, mas que a Câmara poderia sugerir a implantação de tal procedimento, o  
239 qual ele entendia ser bastante pertinente. Ele sugeriu que fosse elaborado um evento, onde todos os  
240 projetos desenvolvidos ao longo do ano pudessem ser apresentados, mostrando os resultados  
241 alcançados. Voltando à análise do projeto, o Prof. Rodrigo sugeriu que no lugar de palestras  
242 informativas, fossem realizadas oficinas para tratar dos temas sugeridos. Profa. Gabriela sugeriu  
243 que os critérios avaliativos deveriam ser mais esclarecidos e definidos aos membros da Câmara.  
244 Desta maneira, com critérios alinhados, seriam evitadas injustiças durante as avaliações de  
245 propostas de ações de extensão. Prof. Júlio colocou o do **Projeto: Matemática Aplicada e**  
246 **Financeira- Contribuição Para o Raciocínio Lógico e Construção do Cidadão em votação,**  
247 **sendo o mesmo aprovado, com sugestão de detalhamento na metodologia e cronograma de**  
248 **palestras e atividades**. Em seguida passou-se à apreciação do **Projeto: Casa do Empreendedor:**  
249 **política pública voltada à inovação das empresas situadas em Osasco em busca do**  
250 **desenvolvimento local e cidadão**, coordenado pela Profa. Luciana Massaro Onusic. Havia dois  
251 pareceres a respeito do projeto, ambos favoráveis, mas um com sugestão de ampliação do público-  
252 alvo, para que a comunidade do campus pudesse ser atendida pelo projeto. O outro sugeria que  
253 alguns itens fossem mais bem redigidos para que pudesse ser enquadrado como projeto de extensão  
254 e não de pesquisa, pois da maneira como fora redigido assim parecia. Prof. Fábio apresentou uma  
255 reflexão sobre os posicionamentos já apresentados por outros membros, no sentido de que ele ficara  
256 em dúvida se o projeto em questão se tratava de um projeto de pesquisa ou de extensão, por haver  
257 várias terminologias que o deixavam inseguro para poder aprovar a proposta da maneira pela qual  
258 fora apresentada como sendo um projeto de extensão ou se posicionava-se contrário à aprovação,  
259 por se tratar de um projeto de pesquisa. Profa. Laura compartilhou da mesma dúvida que o  
260 professor apresentara, mas reforçou que não sentira-se insegura em relação ao projeto previamente  
261 aprovado, pelas metodologias que seriam aplicadas serem bem divergentes; as do projeto anterior  
262 seriam aplicadas diretamente com a comunidade, ao passo que as do presente seriam aplicadas  
263 através de pesquisa, levantamento de dados, aplicação de questionários e devolutivas apenas para  
264 um grupo restrito, caracterizando muito mais como sendo um projeto de pesquisa e não de extensão.  
265 Colocado em votação, o **Projeto: Casa do Empreendedor: política pública voltada à inovação**  
266 **das empresas situadas em Osasco em busca do desenvolvimento local e cidadão**, foi **aprovado**  
267 **por unanimidade, com necessidade de adequações**. Após o término das leituras e deliberações  
268 dos projetos apresentados, os membros da Câmara redigiram pareceres finais para cada uma das  
269 propostas, especialmente para aqueles que necessitavam de correções e adequações, bem como



ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

270 daqueles que haviam sido indeferidos, para que todos os proponentes tivessem ciência dos  
271 resultados. Para os projetos que necessitavam de adequações e correções, seria dado um prazo de  
272 entrega do material corrigido até o próximo dia 25 de fevereiro às 12h00 para que todos fossem  
273 enviados para a Pró-Reitoria de Extensão dentro do prazo, que era o próprio dia 25 de fevereiro. Em  
274 seguida foi agendada a próxima reunião para o dia 18 de março de 2015 às 14h00. Não havendo  
275 mais considerações, o Prof. Júlio encerrou a reunião às 15h45, agradecendo a participação de todos.  
276 Eu, Patricia Grechi dos Santos Barbosa, secretária da Câmara Técnica de Extensão, lavrei esta ata.

277

278

Osasco, 23 de fevereiro de 2015.

279

280

---

Prof. Dr. Júlio César Zorzenon Costa

281

Coordenador da Câmara Técnica de Extensão

282

283

---

Prof. Dr. Antônio Cordeiro Filho

284

Representante do Curso de Ciências Atuariais

285

286

---

Profa. Dra. Cíntia Möller Araújo

287

Representante do Curso de Administração

288

289

---

Prof. Dr. Fábio Luís Barbosa dos Santos

290

Representante Docente

291

292

---

Profa. Dra. Gabriela de Breláz



ATA/CÂMARA TÉCNICA DE EXTENSÃO em 23/02/2015

293	Representante Docente
294	_____
295	Profª. Dra. Laura Calixto
296	Representante Docente
297	_____
298	Prof. Dr. Rodrigo Medina Zagni
299	Representante do Curso de Relações Internacionais
300	_____
301	Elisângela Bardi da Fonseca
302	Representante dos TAEs
303	_____
304	Juliana Marques Kawamoto
305	Representante Discente
306	_____
307	Profª. Dra. Nena Geruza Cei
308	Representante do Curso de Ciências Contábeis
309	
310	_____
311	Patricia Grechi dos Santos Barbosa
312	Secretária da Câmara de Extensão